

7º Congresso Latino-Americano de Ciência Política
Bogotá – Setembro de 2013

Participación política de las comunidades indígenas en América Latina I

**Movimentos indígenas e Estado boliviano:
aproximações e afastamentos¹**

Rafaela Pannain²

Departamento de Sociologia
Universidade de São Paulo

Resumo:

A relação entre movimentos sociais e o Estado é central no estudo da ação coletiva. Neste trabalho, apontamos que os eventos políticos da última década na Bolívia nos permitem analisar como essa relação pode mudar quando um governo oriundo dos movimentos sociais, e que conta com o apoio destes, é eleito. No caso boliviano, parece-nos importante ter em consideração o contexto de crise política vivido pelo país na primeira década do século XXI, para explicarmos momentos de aproximação e de afastamento entre organizações sociais indígenas e o Estado boliviano. Por um lado, o pressuposto do qual partimos, de que a crise política vivida pela Bolívia ajudaria a entender a articulação de movimentos sociais bolivianos, origina-se do mesmo entendimento que McAdam et alli têm sobre o pré-requisito necessário para a ação, a saber: certas mudanças sociais tornam a ordem política estabelecida mais vulnerável ou receptiva à contestação (1996: 8). Por outro lado, partimos das teorias sobre crise política de Michel Dobry e René Zavaleta Mercado, que apontam a fluidez do sistema social no caso de graves crises políticas, caracterizada pela porosidade das fronteiras entre diferentes setores sociais nesses momentos críticos, para explicar a aproximação das diferentes organizações e, entre estas e o Estado, no momento em que se forma o Pacto de Unidade, no contexto da Assembleia Constituinte. Segundo Zavaleta Mercado (1983), as graves crises gerariam um tempo comum e a possibilidade de criar uma intersubjetividade, ou seja, uma lógica comum a grupos que teriam lógicas tão distintas em conjunturas ordinárias. A excepcionalidade dessa grande articulação, durante o processo constituinte, torna-se evidente à luz dos eventos políticos mais recentes. Para tanto, é preciso ter em mente que a forte polarização política que encontrávamos durante a realização da Assembleia Constituinte foi finalmente superada nos últimos anos.

¹ Este artigo foi escrito a partir da minha pesquisa de doutorado em andamento. Trata-se de uma versão preliminar. Esta pesquisa conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Agradeço os comentários e sugestões de Allyson Benton e Filipe Corrêa numa versão anterior deste artigo.

² Membro do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo.

Introdução

Em setembro de 2004, realizou-se o Encontro Nacional de Organizações Indígenas, Campesinas e Originárias, na cidade de Camiri, Departamento de Santa Cruz. O Pacto de Unidade nasceu neste encontro, no qual as organizações participantes reivindicavam a convocação de uma Assembleia Constituinte³. A Assembleia Constituinte convocada nos primeiros meses do governo de Evo Morales havia sido uma importante demanda das mobilizações populares ocorridas na Bolívia entre 2000 e 2003.

Neste artigo, apontamos o caráter extraordinário da aliança de organizações indígenas na conformação do Pacto de Unidade, em torno da elaboração de uma proposta comum para a nova constituição. Defendemos que a união de representantes de grupos indígenas e campesinos tão distintos foi possível apenas em função de uma grave crise política. Partimos das teorias sobre crise política de Michel Dobry e René Zavaleta Mercado que apontam a fluidez do sistema social no caso de graves crises políticas, caracterizada pela porosidade das fronteiras entre diferentes setores sociais nesses momentos críticos, para explicar a aproximação das diferentes organizações que compunham o Pacto de Unidade e destas com o governo central durante a realização da Assembleia Constituinte.

A eleição de Evo Morales à Presidência da Bolívia, em dezembro de 2005, havia sido precedida por um ciclo de crises políticas iniciado em 2000, com o episódio conhecido como a “guerra da água”. Entre os eventos de 2000 e aqueles de 2003, batizados de “guerra do gás”, houve igualmente uma importante mobilização camponesa na região do altiplano de La Paz, liderada pela *Central Sindical de los Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB). Apesar da mudança no governo, com a eleição de Evo Morales, liderança de um movimento social e representante dos setores que formavam o principal núcleo de contestação da ordem política vigente, a instabilidade política perduraria por mais alguns anos. Aqui, nosso foco será a crise política ocorrida durante os debates sobre o novo texto constitucional, para explicarmos

³ As organizações presentes no encontro eram as seguintes: CSUTCB (*Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*), CONAMAQ (*Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu*), CSCB (*Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia*), CPESC (*Coordinadora de Pueblos Étnicos de Santa Cruz*), FNMCB “BS” (*Confederación de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia Bartolina Sisa*), CPEMB (*Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni*), APG (*Asamblea del Pueblo Guarani*), MST-B (*Movimiento sin Tierra – Bolivia*), BOCINAB (*Bloque de Organizaciones Campesinas e Indígenas del Norte Amazónico*) e CDTAC (*Central Departamental de Trabajadores Asalariados del Campo*).

a evolução da relação entre as organizações que compunham o Pacto de Unidade, no interior das mesmas e entre estas e o governo central.

Partiremos dos estudos sobre crises políticas de René Zavaleta Mercado e Michel Dobry para entender a dinâmica das relações entre o Estado boliviano e os movimentos indígenas deste país a partir da eleição de Evo Morales até 2012.

Em “Las masas en noviembre”, artigo no qual apresenta a crise como método privilegiado, senão único, de conhecimento da sociedade boliviana, Zavaleta Mercado analisa as mobilizações populares de novembro de 1979, ocorridas num momento de “frescor e disponibilidade das massas”, típico de uma conjuntura gerada pela dissolução de ditaduras (1983: 8-9). A mobilização em questão, e as que ocorreram nos meses seguintes, seriam inteligíveis tendo em vista a capacidade única dos momentos críticos de unir as diferentes classes subalternas bolivianas. Para o autor, a Bolívia se caracteriza por sua formação social *abigarrada* (heterogênea, bagunçada). Tal adjetivo faz referência à sobreposição de “duas épocas econômicas sem se combinarem muito, como se o feudalismo pertencesse a uma cultura e o capitalismo a outra e ocorressem, no entanto, no mesmo cenário ou como se houvesse um país no feudalismo e outro no capitalismo” (idem: 17, tradução livre). Cada época estaria assim associada a um modo de produção e, o único tempo comum entre o campesinato e a classe operária, majoritariamente formada por trabalhadores das minas do país, seria o de uma crise geral, ou seja, de uma crise política. Com efeito, apenas em função da crise, a greve convocada pelo principal sindicato operário em 1979 teria podido transformar-se em uma greve geral.

A atuação dos camponeses *aymaras* durante a crise, na aliança formada em defesa da democracia representativa, marcava uma virada na sociedade boliviana, pois, desde a Revolução de 1952, os camponeses haviam servido de base de sustentação dos governos, inclusive durante o regime autoritário inaugurado com o golpe de 1964.

O surgimento de uma nova intersubjetividade, característico dos momentos de crises políticas graves, dependeria de um elevado grau de autodeterminação das massas. Como esclarece Luis Antezena:

Essa intersubjetividade poderia ser representada com a imagem de dois conjuntos distintos que vão em direção à crise e aí se encontram ou geram seu campo de intercessão. Cada conjunto não muda necessariamente as características que o distinguem, porém, agora, divide ou ocupa um novo espaço político (2009:115; tradução pessoal).

Um aspecto aproxima de forma evidente a análise de Zavaleta, publicada em 1983, daquela presente no livro do sociólogo francês, Michel Dobry, *Sociologie des Crises Politiques*, cuja primeira edição data de 1986: a fluidez das relações sociais e, de forma mais geral, do sistema social, durante as crises.

Dobry propõe que abordemos esses processos críticos a partir da dinâmica da crise em si, das jogadas dos atores durante a crise⁴. Segundo o autor, quando nos detemos nas causas e consequências das crises, negligenciamos o que é fundamental para a sua compreensão. Ademais, haveria uma possível autonomia entre causas e processos de crise que certas análises não levariam em conta. Dobry não questiona, todavia, a validade de todas as análises das causas das crises, mas sim o pressuposto de que seria possível entender esses momentos sem ter em conta do que eles são feitos.

Dobry está tratando de sistemas sociais complexos, caracterizados pela autonomia relativa de seus setores –conceito muito próximo ao de campo de Pierre Bourdieu. Estes setores têm lógicas sociais específicas, formadas por temporalidades, culturas locais e questões (*enjeux*) específicas. Em tempos de crise, porém, essa configuração mudaria. A fluidez das estruturas sociais nesses momentos é caracterizada por uma redução da autonomia dos setores, e pelo fato dos cálculos realizados pelos atores presentes em cada setor deixarem de seguir principalmente suas lógicas setoriais. As grandes crises políticas corresponderiam, assim, a mobilizações multisetoriais.

A fluidez do sistema social nos momentos de crises, formulada teoricamente por Dobry, parece ter sido percebida por Zavaleta Mercado, quando este aponta que a união entre as classes camponesa e operária era possível apenas durante uma grave crise, que geraria um tempo comum e a possibilidade de criar uma intersubjetividade, ou seja, uma lógica comum a grupos que teriam lógicas tão distintas em conjunturas ordinárias.

Apresentamos assim a hipótese de que a aproximação entre diferentes organizações indígenas e camponesas, e entre estas e o atual governo central boliviano, estariam relacionadas a uma crise política vivida nos primeiros anos da Presidência de Evo Morales. Neste sentido, remetemo-nos a Zavaleta Mercado e Michel Dobry, por um lado, pela explicação a respeito da fluidez dos sistemas sociais em momentos de crises políticas elaborada pelos autores, e, por outro lado, por interessar-nos mais nas dinâmicas internas do momento crítico que estudamos do que em suas causas.

⁴ Dobry explica ter tomado emprestado a noção de jogada (*coup*, em francês) da Interação estratégica de Thomas Schelling. Dobry, (1992 : 22).

Se entendemos os debates sobre as diferentes formas de autonomia como o elemento articulador da polarização política existente na Bolívia durante a Assembleia Constituinte, a autonomia indígena daria sentido à articulação entre o governo do MAS e as organizações indígenas e camponesas contra a elite da *media luna*⁵. Seria uma nova intersubjetividade (no sentido como o conceito é manejado por Zavaleta Mercado) gerada a partir da aproximação de diferentes grupos com “realidades” e “tempos” muito distintos em conjunturas não críticas.

- O “tempo comum” do Pacto de Unidade

Em agosto de 2006, a Assembleia Constituinte já estava funcionando na cidade de Sucre. Contudo, pelos critérios de inscrição de candidatos a constituintes que haviam sido aprovados pelo Congresso boliviano, poucos representantes das organizações indígenas haviam sido eleitos. Dessa forma, assim como o *Movimiento al Socialismo* (MAS), partido de Evo Morales, necessitava do apoio das organizações indígenas, estas dependiam fortemente do MAS e seus 137 constituintes, que representavam 53,7% daqueles que tinham a responsabilidade de votar a nova constituição.

O MAS buscava o apoio das organizações indígenas não somente porque estas estavam muito bem organizadas em Sucre, com inúmeros assessores e um importante financiamento das organizações internacionais, mas também porque naquele momento elas representavam uma importante base de sustentação do governo. É preciso ter em mente que com a instabilidade política que marcou o período da Assembleia, dificilmente teria sido possível aprovar o novo texto constitucional se não fosse pela forte mobilização dos movimentos sociais. Formou-se então uma forte aliança entre o governo, representado pelo MAS na Assembleia, e as organizações indígenas e campesinas. Um assessor do *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyo* (CONAMAQ), ao tratar do porquê das demandas de reconhecimento na Constituição das 16 nações indígenas do altiplano boliviano não terem sido atendidas, explica:

“O CONAMAQ não recebeu apoio por parte do governo. Também foi uma jogada. Deixaram tudo pra depois da Assembleia Constituinte. Primero derrotamos a direita. Primeiro derrotamos... Tudo era derrotar a direita. Então o CONAMAQ para não levar a Assembleia Constituinte ao fracasso, teve que ceder muitas vezes. Primeiro foi a representação direta, teve que ceder o

⁵ A região denominada media luna abarca os departamentos de Santa Cruz, Pando, Beni e Tarija.

reconhecimento dessas nações, tudo aquilo. Então, as nações originárias não estão descritivas. Na oitava e na nona marcha indígena originária recordou-se ao governo que tem um compromisso político com o CONAMAQ o qual deve cumprir. (...) E o governo o que diz é que nós somos ambiciosos (...) que somos da direita, tudo isso. Então quando nós, com a proposta da autonomia indígena, fomos ao lado do presidente para que se derrote a direita. Agora resulta que ao contrário, que nós com a autonomia indígena queremos ser igual à Santa Cruz, à direita”⁶.

Sobre a aliança entre o CONAMAQ e o partido do governo, o MAS, Mauro Cruz, técnico da organização indígena, explicava em um evento em 2008 que o mandato mais importante elaborado pelo CONAMAQ no primeiro evento de Achocalla havia sido a elaboração de uma proposta para a Assembleia Constituinte e havia-se ressaltado que “o CONAMAQ tem seu próprio carro, logo não deve subir ao carro do MAS”, no entanto, a organização deveria apoiar o partido do governo pois seriam “aliados naturais”⁷.

Movimiento al Socialismo – Instrumento por la Soberania de los Pueblos (MAS-IPSP) foi a sigla adotada pela *Asamblea por la Soberania de los Pueblos* (ASP), instrumento político criado a partir de um debate no interior da CSUTCB durante a década noventa. Podemos então compreender porque no momento da Assembleia Constituinte, a organização camponesa e o partido do governo de Evo Morales representavam, em grande parte, o mesmo projeto político⁸.

O período da Assembleia Constituinte foi marcado por uma grande instabilidade política e fortes enfrentamentos entre o governo e a oposição. Na interpretação de Carlos Böhr, senador pelo partido opositor PODEMOS no momento da Assembleia Constituinte:

Foi a partir do seio da Assembleia Constituinte que se gerou e espalhou pelo país a maior polarização política registrada nas duas ou três últimas décadas, determinando que o projeto de uma nova Constituição estivesse no centro dos conflitos. (Böhr, 2009: 50, tradução livre).

⁶ Entrevista realizada em setembro de 2012. Todas as entrevistas realizadas durante o trabalho de campo foram traduzidas livremente do espanhol para o português.

⁷ Memoria del Taller de Discusión Política Copacabana

⁸ Cabe apontar, todavia, que quando a CSUTCB encontrava-se sob a liderança de Felipe Quispe, eleito Secretário Executivo da confederação camponesa em 1998, houve um afastamento entre esta e o MAS, que já havia sido superado em 2006, quando foi convocada a Assembleia Constituinte.

O PODEMOS (*Poder Democrático Social*) era a principal força de oposição ao partido do governo em Sucre, representando, ademais, os interesses do Comité Cívico de Santa Cruz⁹. Sobre a atuação deste setor durante o processo constituinte, Samuel Doria Medina, líder da *Unidad Nacional*, outro partido opositor ao MAS, aponta em entrevista a Raúl Peñaranda:

Quando chegamos à Assembleia Constituinte encontramos dois extremos: um setor das regiões, que foi sabotar a Assembleia Constituinte. Impressionou-me bastante um velho político de quem um dia escutei o mesmo que escutei ou li sobre os alcoólatras. Um alcoólatra em processo de recuperação diz: ‘hoje ganhei um dia sem álcool, verei amanhã’. Este político, fazendo jogo de palavras, dizia: ‘hoje sabotamos a Assembleia, veremos amanhã’ (...) Também havia outro grupo radical, fundamentalmente gente do trópico cochabambino, que não queria escutar, queria a imposição de seus planos. (p. 120, tradução livre)

Conflitos com o governo central levaram à radicalização do discurso de representantes da elite política e econômica da *media luna*, que reforçou consideravelmente sua reivindicação por autonomia departamental. A oposição, que controlava o capital econômico do país, a grande mídia e o Senado, vinha impondo importantes limites à capacidade de atuação do governo de Evo Morales. Um exemplo foram as violentas manifestações na cidade de Sucre, que dificultaram consideravelmente o trabalho da Assembleia Constituinte. Durante o trabalho dos constituintes, surgiu, apoiada pelo PODEMOS, uma campanha pela “*capitalía plena*” da cidade de Sucre, que implicaria na transferência de todos os poderes do Estado para esta cidade. Esta mobilização forçou os deputados constituintes a se reunirem fora de Sucre, onde, com a ausência de grande parte da oposição, foi aprovado o texto constitucional que ficou conhecido como a “constituição de Oruro”.

No entanto, na densa etnografia do processo constituinte boliviano elaborada por Salvador Schavelzon, fica claro que os conflitos ao longo do conturbado processo constituinte não opunham apenas representantes do MAS e seus aliados aos representantes da oposição. Apesar de haver uma aliança formal entre as organizações que estudamos, através do Pacto de Unidade, em determinados momentos, os projetos políticos da CSUTCB, mais próxima do partido do governo, da CIDOB (*Confederación*

⁹ O Comité Cívico pró Santa Cruz organizou uma importante oposição ao governo Evo Morales e os principais enfrentamentos com este em 2008.

de *Pueblos Indígenas de Bolivia*) e do CONAMAQ dificultaram a adoção de uma proposta comum sobre determinados temas, como a titularidade de terras nos territórios indígena originário campesinos e a propriedade dos recursos naturais não renováveis nesses territórios. Sobre estes conflitos, Schavelzon cita o comentário de Lázaro Tacoó, representante do povo chiquitano e da Coordenadora de Povos Étnicos de Santa Cruz (CPESC): “pensamos que íamos como duas pontas contra a direita, mas aconteceu que entre nós também tem diferenças” (idem: 163). Schavelzon aponta que apesar da existência de uma tensão dentro do Pacto de Unidade entre organizações de “matrizes” camponesas, como a CSUTCB, e de matrizes indígenas, como a CIDOB e o CONAMAQ, foi possível construir uma união entre elas (idem: 73).

Um ator entrevistado, que participou dos debates da Assembleia Constituinte como assessor do CONAMAQ, explica que as organizações das terras baixas e o CONAMAQ tinham visões distintas sobre a autonomia. No caso das primeiras, as demandas estariam ligadas à questão da terra, já para o CONAMAQ, a autonomia estaria ligada à reconstrução do território ancestral. Ele apontou uma falta de consenso entre as organizações e um processo de cooptação por parte do MAS.

As diferenças entre as partes ocidental e oriental do país são grandes e nos ajudam a entender a diferença entre as organizações indígenas e seus projetos políticos e autonômicos nas duas regiões. Tendo como base o censo realizado em 2001, Albó (2009) explica que, na parte ocidental do país, que inclui os departamentos de La Paz, Cochabamba, Chuquisaca, Oruro e Potosí, a maioria da população se autoidentifica como originária, quéchuas ou *aymaras*. Já a região oriental do país, Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, é caracterizada por uma predominante população não indígena com alguns bolsões de povos indígenas locais minoritários, além de uma população imigrante do ocidente boliviano. Os três primeiros departamentos dessa região são conhecidos também como terras baixas, em oposição às terras altas, correspondentes à região andina. No entanto, uma parte dos departamentos desta região também é composta por terras baixas, como é o caso do vale cochabambino. As populações quéchuas e *aymaras* representam 30,7% e 25,2% da população total do país, respectivamente, enquanto as 32 nações indígenas da região oriental representam juntas apenas 6,1% dos bolivianos (idem). Não é de se espantar, então, que esta admirável diferença demográfica tenha grande influência na elaboração de estratégias de ação e projetos políticos distintos entre os grupos indígenas do oriente e do ocidente.

As dificuldades de uma organização interétnica entre indígenas das terras baixas e andinos foram assinaladas por Nancy Postero (2005: 80). A antropóloga ressalta as imagens estereotipadas que os indígenas das terras baixas faziam dos indígenas do altiplano, além da migração destes últimos ao Oriente do país e a consequente pressão sobre terras indígenas, como algumas das razões que dificultavam essa aproximação. Podemos acrescentar a estas explicações, a observação de uma ex-assessora das organizações indígenas sobre a busca do “inimigo comum” das organizações indígenas durante o Pacto de Unidade. O inimigo, no caso dos indígenas das terras baixas, eram os “*tierratenientes*”, mas estes não existiam em terras altas.

Apesar de ter havido, antes da formação do Pacto de Unidade, breves momentos em que as diferentes organizações indígenas e camponesas se aproximaram, nenhuma aliança anterior pode ser comparada em termos de impacto político no cenário nacional, àquela realizada durante o processo constituinte.

É preciso ressaltar que o CONAMAQ e a CSUTCB são bastante distintos, apesar de serem, fundamentalmente, organizações do altiplano boliviano. Enquanto esta nasce, em 1979, em torno de uma estrutura sindical, o CONAMAQ, formado quase vinte anos mais tarde, busca a “reconstrução e consolidação dos povos indígenas originários, sob sua própria estrutura social, filosófica, política, econômica e cultural” (CONAMAQ, 2008: 3, tradução pessoal). Embora tanto o CONAMAQ quanto a CSUTCB incorporem “certos elementos do *ayllu* em seu modo de organização e de sua compreensão do político”, o primeiro critica organizações sindicais (como a CSUTCB e os *cocaleros*) por representarem formas de organização impostas do exterior. Por outro lado, os *ayllus* são acusados pelos sindicatos de serem radicais (Schilling-Vacaflor, 2008: 3-4, tradução pessoal)¹⁰. Os representantes do CONAMAQ consideram-se, assim, “mais indígenas” que os membros dos sindicatos (idem: 7). A distância entre essas duas organizações sociais se mostrou evidente quando, em 2000, enquanto a CSUTCB organizava importantes mobilizações no altiplano boliviano contra o governo de Hugo Banzer, lideranças do CONAMAQ brindam apoio ao presidente boliviano entregando-lhe um poncho e um bastão, símbolos de autoridade.

Podemos encontrar maiores afinidades entre o CONAMAQ e a confederação indígena das terras baixas, a CIDOB. Segundo Marcial Fabriciano, foi durante a Marcha

¹⁰ Elementos do *ayllu* na compreensão da política: “os dirigentes e as autoridades das comunidades são vistos como servidores da comunidade, o cumprimento de cargos é rotativo e não remunerado, e as decisões são tomadas de maneira comunitária, buscando o consenso” (Schilling-Vacaflor, 2008: 3, tradução pessoal).

de 1990 que se deram os primeiros contatos entre a sua organização e um grupo de líderes indígenas que mais tarde formaria o CONAMAQ (Calderón, 2002: 89). O líder da CIDOB explica que logo da fundação do CONAMAQ, em 1997, as duas organizações realizavam assembleias comuns e a CIDOB ajudava a organização do altiplano a conseguir financiamento. Essa relação pode ser entendida à luz das explicações de McAdam (1994) sobre os processos de enquadramento interpretativo elaborados pelos movimentos sociais. O autor aponta que novos grupos tendem a se inspirar em *frames* bem-sucedidos. Fabriciano, contudo, ressalta que foi contra a formação de uma única organização comum, pois, estaria ressurgindo no altiplano “um ressentimento cultural histórico”, e os indígenas das terras baixas não teriam absolutamente nenhuma relação com esse processo orgânico, iniciado nos anos de setenta (Calderón, 2002: 89-90, tradução livre). O líder indígena afirma então:

E falando do cultural, muito bem, nós dizemos, está bem que reivindicuem o que era o Tahantinsuyo ou o Collasuyo, tudo que era a Bolívia, mas nossos “comunitários” dizem que nós não somos Suyo de ninguém, que aqui os conquistadores nunca chegaram (idem: 89, tradução livre)¹¹.

As afirmações de Marcial Fabriciano corroboram a observação de Molina (2008), segundo a qual, diferente dos indígenas do altiplano, os indígenas das terras baixas ratificavam a sua adesão à comunidade nacional, ao mesmo tempo que reivindicavam maior participação política, cidadania e reconhecimento dos grupos étnicos como culturas diferentes.

A dificuldade de articulação entre diferentes organizações indígenas pode ser observada mesmo entre organizações das terras baixas. Um exemplo foram os conflitos internos que culminaram com a saída da *Central de Pueblos Étnicos de Santa Cruz* (CPESC) da estrutura da CIDOB, em 2002. A CPESC era uma importante organização regional da CIDOB e diferenças em relação às estratégias de ação teriam motivado a ruptura. Diferenças estas relacionadas à postura negociadora da CIDOB em relação ao governo. Para Garcia Linera et al., as razões dessa postura são encontradas na grande dificuldade de mobilização da organização dos indígenas das terras baixas, em função da baixa densidade demográfica, da sua dispersão em um grande território e a ausência de mecanismos comunitários que imponham a participação em manifestações, à diferença das comunidades no altiplano (2010: 229).

¹¹ O Império Inca era formado por diferentes suyos.

Deste modo, apesar de ter realizado importantes marchas interpelando o governo central, muitas vezes a CIDOB optou por trabalhar com esse para conseguir que suas reivindicações fossem atendidas. Este foi o caso durante o primeiro governo de Gonzalo Sánchez de Lozada. Embora da CIDOB tenha realizado uma marcha, em 1996, para a inclusão das Terras Comunitárias de Origem na Lei INRA, a sua postura em relação ao governo foi de negociação (Albó, Romero, 2009: 29). Da mesma forma, representantes da *Asamblea del Pueblo Guarani* (APG) em diferentes momentos optaram por alianças com representantes de distintos partidos políticos bolivianos.

As diferenças assinaladas acima reforçam a excepcionalidade de um momento que conseguiu articular forças sociais tão distintas como organizações camponesas, organizações indígenas do altiplano e organizações indígenas das terras baixas.

- A autonomia indígena como intersubjetividade

Nas entrevistas realizadas, foi apontado que a demanda de autonomia indígena havia sido uma bandeira das organizações indígenas, apoiada pela central sindical camponesa, a CSUTCB, em função do contexto político que permitiu a formação o Pacto de Unidade, e por demanda do MAS. Diferentes entrevistas e autores assinalam que a autonomia indígena teria sido adotada pelo MAS na Assembleia Constituinte como uma resposta às demandas de autonomia departamental por parte dos *prefectos* dos departamentos controlados por partidos opositores ao governo de Evo Morales. Segundo um entrevistado, ex-secretário geral da presidência da República durante o governo constitucional de Hugo Banzer, o tema das autonomias departamentais foi a grande agenda política da oposição, fazendo com que a autonomia indígena se tornasse “uma espécie de carta política”, “no sentido que, como a *media luna* propugnava as autonomias departamentais, o governo disse: ‘Não! Se vai haver autonomias, que sejam autonomias indígenas’. Era um discurso polarizador na Assembleia, *no?*”¹²

Assim, um importante tema de conflito com a oposição durante a Assembleia Constituinte foram as demandas de autonomia por parte dos departamentos da *media luna*. Um referendo sobre o tema das autonomias departamentais havia sido realizado junto com a eleição dos deputados constituintes, e havia sido aprovado em Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija.

¹² Entrevista realizada em outubro de 2012.

Para Chávez León (2008), o projeto de autonomia indígena apresentado pelos movimentos indígenas na Assembleia Constituinte, em 2006, era uma estratégia defensiva, uma resposta às demandas por autonomia departamental dos governos do oriente boliviano. A autora retoma as propostas da CSUTCB, da CIDOB e do CONAMAQ até aquele ano e destaca que o projeto anterior da CIDOB tratava de uma autonomia de gestão dos recursos e de território e que a CSUTCB defendia, igualmente, um projeto de autonomia de gestão, até o “avanço da direita”. O exame de Schilling-Vacaflor (2008) coincide, em parte, com o de Chávez León. Para a autora, durante a Assembleia Constituinte, o projeto de autonomia indígena para a CSUTCB tinha um papel estratégico para contrapor os projetos de autonomia departamental. Para o CONAMAQ e a CIDOB, contudo, a autonomia indígena representaria um objetivo importante em si.

Os processos de reivindicação territorial e de autonomia dos grupos indígenas das terras baixas e do altiplano confluem em determinados momentos, mas são bastante distintos. Tal distância é perfeitamente compreensível se temos em vista as diferenças históricas, demográficas e de formas de organização social entre povos das terras baixas e as populações quéchuas e *aymaras*. Como esclarece Nancy Postero:

Os velhos modelos de relacionamento entre Estado e indígenas, formulados com base na experiência acumulada nas terras altas, não eram apropriados para os povos indígenas do Oriente cujas relações históricas com o Estado-patrão foram distintas (2005: 63, tradução livre)¹³.

Entretanto, no momento da Assembleia Constituinte, diferentes organizações indígenas e camponesas acordam sobre um modelo de autonomia indígena originária camponesa a ser incluído na nova Constituição, corroborando nossa hipótese de que tal projeto autônomo teria se convertido em uma intersubjetividade capaz de articular essas diferentes organizações sociais e o partido de Evo Morales.

¹³ “Enquanto alguns grupos das terras altas se integraram, de certo modo, à sociedade boliviana, os indígenas das terras baixas foram usados como escravos, assassinados ou tratados como selvagens, e tinham pouca ou nenhuma relação formal com o Estado, até recentemente” (Postero, 2005: 63, tradução livre).

- A crise de 2008 e a edição da Constituição

A aprovação do texto constitucional em Oruro não marcaria o fim da crise política vivida pelo país. Violentos confrontos entre a oposição, de um lado, e o governo e as organizações sociais que o apoiavam, de outro, marcariam o ano de 2008. A superação da crise se daria então, a partir da vitória de Evo Morales em um referendo revogatório e da edição do texto constitucional elaborada por membros do governo, de partidos opositores e das organizações sociais em Cochabamba e, por fim, sua revisão pelo Congresso Nacional.

Em 2008, foram ocupadas mais de 75 instituições estatais em cinco departamentos, houve dois cercos ao poder legislativo, foram realizados referendos ilegais sobre estatutos autonômicos departamentais, ocorreu o episódio conhecido como “massacre de Pando” e a constituição foi reescrita em grupos de trabalhos (Miranda, 2012).

Para Jorge Lazarte (2009), vice-presidente da Assembleia Constituinte pela *Unidad Nacional*, partido de oposição, o clima de violência no qual vivia o país e o impacto do evento em Pando¹⁴ facilitaram a elaboração do acordo político no Congresso, e pressionaram este a aprovar o referendo sobre a Constituição.

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2008 em Porvenir podem ser considerados, possivelmente, um divisor de águas nas negociações entre o governo e a oposição, pois como aponta Lazarte, desencadearam uma expectativa na opinião pública nacional e uma maior intervenção de atores internacionais, para que houvesse um fim à onda de violência vivida pelo país. Entretanto, um evento anterior foi central para o fortalecimento do governo e para a derrota da estratégia de desestabilização política posta em prática por parte da oposição: a vitória de Evo Morales no referendo revogatório de mandato. Tal referendo, que incluía igualmente os prefeitos departamentais, foi uma iniciativa do governo central. Consultada em agosto daquele ano, mais de 65% da população boliviana votou pela continuação do mandato de Evo Morales e Garcia Linera.

¹⁴ O evento conhecido como Massacre de Porvenir ou Massacre de Pando tratou-se de uma embosca que levou à morte de pelo menos duas dezenas de camponeses e indígenas apoiadores do governo de Evo Morales, que se dirigiam a um evento político. O prefeito do departamento de Pando, o opositor Leopoldo Fernandez, foi acusado de ter envolvimento no evento, quando foram identificados funcionários da prefeitura e veículos oficiais nos vídeos feitos no momento do ataque. O embate entre o governo central e o governo de Pando levou o primeiro a declarar Estado de Sítio naquele departamento.

Em meses anteriores, haviam fracassado outras tentativas de diálogo entre o governo e a oposição, que tinha maioria no Senado, para a convocação do referendo que deveria consultar a população sobre a aprovação da nova Constituição Política. Em Santa Cruz e Tarija, prédios de sindicatos, organizações não governamentais, organizações indígenas e órgãos públicos foram alvo de ataques; houve uma tentativa de desabastecimento, como estratégia para enfraquecer o governo central. Segundo Carlos Böhrh, então senador pelo PODEMOS, estes eventos de “beligerância política” e o fracasso dos esforços de concertação apontavam a possibilidade do país entrar em guerra civil. “Tudo parecia sugerir que algo grave poderia passar a qualquer momento” (2009: 56, tradução livre).

Durante as negociações no Congresso, organizou-se uma marcha de organizações sociais próximas ao MAS com o intuito de pressionar por um acordo entre partidos de oposição e o governo. A marcha, que começou com cerca de 7 mil pessoas, percorreu 200 Km até a Praça Murillo, sede dos poderes executivo e legislativo, onde se reuniram cerca de cem mil manifestantes (Peñaranda, 2009: 185).

Assim, se 2008 foi marcado por uma forte crise política, parece também ter sido o ano da superação da forte polarização que existia no país e que tinha se tornado evidente durante a Assembleia Constituinte.

Nossa hipótese é de que a partir da estabilização política ocorrida nos últimos anos e da consolidação do *Movimiento al Socialismo* (MAS), partido do governo de Evo Morales, há um afastamento das organizações indígenas, notadamente, do *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyo* (CONAMAQ) e da *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia* (CIDOB). E a autonomia indígena, que havia sido o elemento unificador do polo do governo durante o período de crise política da Assembleia Constituinte, perde, progressivamente, espaço na agenda política do MAS. Neste novo momento, que pode ser interpretado como uma volta a uma “conjuntura ordinária”, o apoio dos povos indígenas representados pelo CONAMAQ e pela CIDOB não parece mais central para a manutenção do MAS como principal partido na política boliviana.

A partir dos acordos com a oposição em 2008 e ao longo da elaboração da *Ley Marco de Autonomías y Descentralización Andrés Bóñez* (LMAD) foram impostos importantes limites às autonomias indígenas¹⁵. Atores entrevistados que trabalham com

¹⁵ A LMAD, promulgada em 19 de julho de 2010, teve dez rascunhos até a elaboração do seu texto final.

municípios em conversão à autonomia indígena, apontaram a LMAD como criadora de diferentes “cadeados” que dificultariam a implantação dessas autonomias e que não estariam presentes na Constituição aprovada em referendo em 2009. Os debates em torno das últimas versões da lei ocorreram em um momento político muito distinto daquele da Constituinte, com um claro processo de estabilização do governo de Evo Morales.

Alguns limites impostos às autonomias indígenas a partir das mudanças elaboradas em conjunto com a oposição em 2008 são apontadas por Carlos Böhrh (2009):

-No parágrafo II art. 30 da Constituição, foi incluído que as nações e povos indígena originário campesinos teriam direito “à gestão territorial indígena autônoma, e ao uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais renováveis existentes em seu território” **apenas quando não prejudicasse “os direitos legitimamente adquiridos por terceiros”** (tradução livre).

-No parágrafo I art. 394, incluiu-se a **garantia dos direitos de particulares que tenham propriedades no interior de territórios indígena originário**.

- No parágrafo VII art. 146, as mudanças limitam a **criação de circunscrições indígenas especiais apenas a áreas rurais e em departamentos com uma minoria indígena originária**. “O ajuste elimina, por tanto, a possibilidade de criar circunscrições aymaras em La Paz e Oruro ou unidades eleitorais quéchuas em Cochabamba, Potosí e Chuquisaca” (idem: 78; tradução livre).

- O parágrafo I art. 191 **limita o alcance da jurisdição indígena originário campesina**.

- No art. 290, as modificações **impedem a possibilidade de criação de “comunidades camponesas autônomas, a margem de sua condição indígena originária”** (idem: 97; tradução livre).

Sobre a LMAD, Iván Égido, que trabalha com a *Fundación Tierra*, uma das principais organizações não governamentais que assessoram municípios que se encontram atualmente em processo de conversão a autonomias indígenas, opina:

a LMAD limita claramente em excesso as competências constitucionais dos eventuais governos indígena originário campesinos. Consequentemente, com esta leitura, pode-se afirmar que os artigos analisados da LMAD desconhecem o marco constitucional e fazem uma interpretação do mesmo que se ajusta a necessidades específicas das instituições estatais (que propõe criar); e não às necessidades daqueles diretamente afetados: os povos indígena originário

campesinos, vulnerando os artigos 13 e 256 da Constituição Política do Estado (2010: 282-3; tradução livre).

Aprender melhor os debates em torno da elaboração da LMAD pode nos trazer importantes informações sobre uma possível mudança na postura do governo em relação às autonomias indígenas e a consolidação hegemônica de Evo Morales e do MAS, trazendo à luz, igualmente, as motivações da entrada do tema nos debates constituintes e sua inclusão no texto constitucional.

- A Marcha pela autonomia indígena e a ruptura do pacto

Em 2012, último ano que abarca esta pesquisa, era evidente o distanciamento entre as organizações indígenas e o governo de Evo Morales. A partir de que momento se deu esse afastamento? Nossa hipótese é de que ele ocorre a partir da consolidação do governo de Evo Morales. Neste sentido, o ano de 2009 pode ser visto como aquele que consolida a estabilização política e a nova hegemonia do MAS. No referendo realizado em janeiro desse ano, 61% da população votou pela aprovação da nova Constituição¹⁶. Nas eleições convocadas para formar o novo parlamento para o recém-criado Estado Plurinacional e para escolher o presidente e vice-presidente do país, o MAS foi o grande vitorioso, reelegendo Morales-Garcia Linera com 64% dos votos, ou seja, com 11% a mais do que o percentual obtido nas eleições de 2005, e conquistando 2/3 das cadeiras da Assembleia Legislativa Plurinacional¹⁷. No período destas eleições, tanto a CIDOB quanto o CONAMAQ apoiaram os candidatos do MAS¹⁸.

Além do afastamento mencionado acima, entre o governo de Evo Morales e as duas principais organizações indígenas bolivianas, a CIDOB e o CONAMAQ, em 2012 também eram evidentes as disputas entre estas organizações e outro importante membro do Pacto de Unidade, a Confederação Sindical Camponesa, próxima ao governo.

¹⁶ http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/referendum_constituyente.pdf, acessado em 2 de junho de 2013.

¹⁷ http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/ciclo_resultados.pdf, acessado 2 de junho de 2013.

¹⁸ De acordo com as resoluções da Comissão Política do CONAMAQ, no VI Jacha Tantachawi realizado em agosto de 2009, o governo indígena reafirmava seu “respaldo ao Hermano Evo Morales” e ratificava o “voto de castigo aos partidos tradicionais de direita”. Da mesma forma, a Estratégia Eleitoral dos Povos Indígenas elaborada pela Comissão Política Técnica da CIDOB em 2009 propunha elaborar uma estratégia de campanha eleitoral com o MAS, incluindo candidatos indígenas nas listas do partido, afirmando a necessidade de enfraquecer os “partidos tradicionais”.

É comum que se identifique a VIII Marcha e o conflito do TIPNIS como o momento de ruptura entre o governo e as organizações indígenas¹⁹. No entanto, parece-nos possível apontar a marcha anterior, realizada em 2010, como um primeiro importante momento de tensão entre as organizações em questão e o governo do MAS. A “Marcha pelo território, a autonomia indígena e a defesa dos direitos dos povos indígenas” havia sido organizada pela CIDOB, durante os debates para a elaboração da *Ley Marco de Autonomías y Descentralización* na Assembleia Legislativa Plurinacional²⁰.

A VII Marcha foi acusada, por membros do governo, de ser financiada pela *United States Agency for International Development* (USAID). Alejandro Almaráz, ex-Vice-Ministro de Terras de Evo Morales, em carta assinada em junho de 2010, acusava o governo de estar violando os direitos constitucionais indígenas e denunciava a tentativa do governo de deslegitimar a marcha²¹.

Um pronunciamento público da VII Marcha de 23 de julho de 2010, acusa-se o então Ministro de Autonomias, Carlos Romero, de não se dispor a dialogar com as organizações indígenas e de criar falsas acusações com o intuito de deslegitimar a mobilização. Por outro lado, o documento assinado pelos presidentes das organizações presentes na Marcha, e por Adolfo Chávez, presidente da CIDOB, reconhece que algumas de suas demandas no que concerne as autonomias indígenas foram aceitas e incluídas na LMAD, graças às negociações com o Senador Adolfo Mendoza e a Deputada Gabriela Montaña²².

Durante a mobilização de 2010, a questão da autonomia indígena foi o principal tema de embate entre o governo do MAS e os indígenas mobilizados, confirmando assim importância dos debates sobre autonomia indígena para entendermos o momento de aproximação e, mais tarde, de afastamento, entre o governo e as organizações sociais indígenas.

¹⁹ No caso da CIDOB e do CONAMAQ houve uma ruptura entre um grupo mais crítico e outro mais próximo ao governo central.

²⁰ Embora a VI Marcha tenha sido organizada igualmente durante o governo Evo Morales, em seu primeiro ano de governo, mais precisamente, suas propostas foram incorporadas pelo MAS durante os debates na Assembleia Constituinte. A VII Marcha não tinha, então, o caráter crítico em relação ao recém-eleito governo central que caracterizou a mobilização seguinte organizada pela CIDOB, e apoiada pelo CONAMAQ, pelo Movimiento de Trabajadores sin Tierra de Bolívia, dentre outras organizações.

²¹ As causas apontadas pelo governo para a interrupção do diálogo e que estariam na origem da mobilização seriam: primeiro, a impossibilidade de legalizar a criação de uma autonomia indígena em um território que ultrapassasse fronteiras departamentais; segundo, impossibilidade de aceitar que a aprovação de estatutos autônomicos indígenas se desse por normas e procedimentos próprios e não por referendo, como estariam reivindicando as organizações indígenas mobilizadas (Wasylyk, 2010).

²² <http://www.cidob-bo.org/images/2010/23%20de%20julio.pdf>, acessado em 2 junho 2012.

Considerações finais

Diferentes atores políticos apontam uma crescente distância entre o governo de Evo Morales e as organizações indígenas bolivianas nos últimos anos. Ao acompanharmos diferentes momentos do debate acerca da autonomia indígena, é possível confirmar esta percepção dos atores.

Entendemos que a grave crise política ocorrida no momento de elaboração da nova Constituição boliviana tornou possível uma forte aliança entre diferentes organizações indígenas, campesinas e o partido do governo. Esta não deve ser entendida como uma aliança natural, dadas as diferenças entre os grupos sociais envolvidos, e os inúmeros momentos nos quais eles teceram associações com grupos políticos rivais, como apontaram diferentes exemplos apresentados neste artigo.

No entanto, ao debruçarmos sobre as teorias de crise política apresentadas não pretendemos apresentar o afastamento descrito acima entre o governo e determinadas organizações indígenas e entre estas e a confederação camponesa como uma consequência inevitável em um momento de superação da crise política. As teorias de crise política de Zavaleta Mercado e Michel Dobry nos ajudam a entender como a autonomia indígena pode ter funcionado como um elemento articulador de uma importante aliança no momento da Assembleia Constituinte e como teria sido possível uma aproximação de grupos sociais com “tempos distintos” em momentos não críticos. Resta, no entanto, responder como essa aliança poderia ter sido sustentada em tempos de estabilidade política.

Referências Bibliográficas:

- ALBO, Xavier. (2007), “Movimientos indígenas desde 1900 hasta la actualidad”, In: Jesús Espasandín López e Pablo Iglesias Turrión (org.), *Bolivia en Movimiento: acción colectiva y poder político*. Barcelona: El Viejo Topo, pp.67-100.
- _____. (2009), “Movimiento y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú”, In: Fernando Calderón (org.), *Movimientos socioculturales en América Latina*, Villa Balleste: Siglo XXI e PNUD.
- _____; Carlos Romero. (2009), *Autonomías Indígenas en la realidad boliviana y su nueva Constitución*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Boliviano, GTZ/PADEP. Disponible em: <http://www.vicepresidencia.gob.bo>.
- ANTEZANA, Luis. (2009), “La crisis como método en René Zavaleta Mercado”, *Ecuador Debate*, 77, pp.107-124.
- _____. (1983), “Sistema y proceso Ideológicos en Bolivia (1935-1979)”, In: René Zavaleta (org.), *Bolivia Hoy*, Siglo XXI, pp. 60-84.
- ASSIES, Willem; Ton Salman. (2005), “Ethnicity and Politics in Bolivia”, *Ethnopolitics*, 4(3), pp. 269-298.
- BOURDIEU, Pierre. (2000), *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Paris : Seuil.
- CANESSA, Andrew. (2006), “Todos somos indígenas: Towards a New Language of National Political Identity”, *Bulletin of Latin American Research*, 25(2), pp. 241-263.
- CHAVEZ, Patricia; Dunia Mokrani. (2007), “Los movimientos sociales en La Asamblea Constituyente. Hacia La reconfiguración de la política”, *OSAL*, (22), pp. 107-117.
- CHAVEZ LEON, Marxa Nadia. (2008), “‘Autonomías indígenas’ y ‘Estado Plurinacional’”, *OSAL*, (24), pp. 51-71.
- CHOQUE, Marfa Eugenia; Carlos Mamani. (2001), “Reconstitución del ayllu y derechos de los pueblos indígenas: el movimiento indio en los Andes de Bolivia”, *The Journal of Latin American Anthropology*, 6(1), pp. 202-224.
- CONAMAQ. (2008), *Plan estratégico 2008-2013*.
- Constitución Política del Estado, Fevereiro 2009.
- CRABTREE, John. (2005), *Patterns of Protest: Politics and Social Movements in Bolivia*, Londres: Latin American Bureau.
- DOBRY, Michel. (1992), *Sociologie des crises politiques*, Paris : Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

DUNKERLEY, James. (2003), *Rebelión en las venas. La lucha política en Bolivia 1952-1982*, La Paz: Plural Editores.

_____. (2007), “Evo Morales, the ‘Two Bolivias’ and the Third Bolivian Revolution”. *Journal of Latin American Studies*, 39 (1), pp.133-166.

FUNDACION TIERRA. (2011a), “Dos meses de marcha en defensa del TIPNIS”, *Nuestra Tierra*, año 2, 7.

_____. (2011b), *Marcha indígena por el TIPNIS. La lucha en defensa de los territorios*, La Paz: Fundación Tierra.

GARCÉS, Fernando. (2010), “Los esfuerzos de construcción descolonizada de un Estado plurinacional en Bolivia y los riesgos de vestir al mismo caballero con otro terno”, *Integra Educativa*, 3(1), pp. 49-66.

GARCIA LINERA, Álvaro. (2003a), “Autonomías regionales indígenas y estado multicultural”, In: Vladimir Ameller, *La descentralización que se viene*, La Paz: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales e Plural, pp. 169-201.

_____. (2003b), “La sublevación indígena popular en Bolivia”, *Chiapas*, 14, pp. 71-88.

_____. (2007), “Estado Plurinacional”, In: Álvaro Garcia Linera; Luis Tapia; Raúl Prada (org). *La transformación pluralista del Estado*, La Paz: Muela del Diablo, pp. 21-92.

_____. (2008a), “Indianismo e Marxismo. O desencontro de duas razões revolucionárias”, *Encarte Clacso. Cadernos de América Latina*, (2), pp.1-5.

_____. (2008b), *La potencia plebeya. Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*, Buenos Aires: Prometeo libros e CLACSO Coediciones.

_____ (coord.); Marxa Chávez León; Patricia Costas Monje. (2010), *Sociología de los movimientos sociales en Bolivia. Estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política*. 2 ed., La Paz: Plural Editores.

GROSS, Christian. (1999), “Ser diferente por (para) ser moderno. Las paradojas de la identidad”, *Análisis Político*, (36), pp.3-20.

GUTIÉRREZ, Raquel; Fabiola Escárzaga (ed.). (2005), *Movimiento indígena en América Latina: resistencia y proyecto alternativo*, Puebla/ Cidade do México: Gobierno del Distrito Federal/ Casa Juan Pablos/ Benemérita Universidad Autónoma de Puebla/ Universidad Nacional Autónoma de México/ Universidad Autónoma de la Ciudad de México.

_____. (2007), *Movimiento indígena en América Latina: resistencia y proyecto alternativo. Volumen II*, Puebla/ Cidade do México: Gobierno del Distrito Federal/ Casa Juan Pablos/ Benemérita Universidad Autónoma de Puebla/ Universidad Nacional Autónoma de México/ Universidad Autónoma de la Ciudad de México.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. (2008), *Los ritmos del Pachakuti*, La Paz: Textos Rebeldes.

HAHN, Dwight. (1996), "The Use and Abuse of Ethnicity: The Case of the Bolivian" CSUTCB, *Latin American Perspectives*, 23(2), pp. 91-106.

HEALEY, Susan. (2009), "Ethno-Ecological Identity and the Restructuring of Political Power in Bolivia", *Latin American Perspectives*, 36(4), pp. 83-100.

HYLTON, Forrest; Sinclair Thomson. (2005), "The chequered rainbow", *New Left Review*, 35(1), pp. 41-64.

ITURRALDE G., Diego. (2000), "Lucha indígena y reforma neoliberal", *Iconos, Revista de Ciencias Sociales*, (9), pp. 22-30.

Ley de Participación Popular, Junho 1994.

MAMANI, Pablo. (2005), *Microgobiernos Barriales. Levantamiento de la ciudad de El Alto*, La Paz : CADES.

_____. (2007), "Bolivia antes de Evo Morales. Fractura del Estado Colonial. Poder de los microgobiernos indígenas", *Bolivian Studies Journal*, 7(1), pp. 1-26.

_____. (2009), "Presentación", *Revista Willka*, 3, pp. 7-13.

_____. (2009), "Estado Plurinacional: entre el nuevo proyecto y la factura colonial", *Revista Willka*, 3, pp. 31-67.

McADAM, Doug. (1994), "Culture and Social Movements", In: Joseph R. Gusfield, Hank Johnston; Enrique Laraña (org.), *Ideology and Identity in Contemporary Social Movements*, Philadelphia: Temple University Press, pp. 36-57.

_____; John McCarthy; Mayer Zald (org.). (1996), *Comparative Perspectives on Social Movements. Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, Cambridge: Cambridge University Press.

McNEISH, John-Andrew. (2006), "Stones on the Road: The Politics of Participation and the Generation of Crisis in Bolivia", *Bulletin of Latin American Research*, 25(2), pp. 220-240.

MIRANDA, Boris. (2012), *La mañana después de la guerra*, La Paz: Editorial El Cuervo.

PACTO DE UNIDAD. (2010), El Pacto de Unidad y el Proceso de Construcción de una Propuesta de Constitución Política del Estado, disponible en http://www.redunitas.org/PACTO_UNIDAD.pdf.

PATZI, Félix. (2007), *Insurgencia y sumisión. Movimientos sociales e indígenas*. 2 ed., La Paz: Ediciones Yachaywasi.

PAZ, Sarela. (2011), “El conflicto del territorio indígena Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS) y sus consecuencias para el Estado Plurinacional de Bolivia”, disponible en: <http://www.fbdm.org.bo/fbdm/documento/1290176707/1320853790/2-1320853790.pdf>.

POSTERO, Nancy. (2005), “Movimientos indígenas bolivianos: articulaciones y fragmentaciones en búsqueda de multiculturalismo”, In: Luiz Enrique López; Pablo Regalsky (org.), *Movimientos Indígena y Estado en Bolivia*, La Paz: PROEIB Andes, CENDA, Plural Editores, pp. 53-96.

PUENTE, Florencia; Francisco Longa. (2007), “El Alto: los dilemas del indigenismo urbano”, In: Maristella Svampa; Pablo Stefanoni (org.), *Bolivia: Memoria, Insurgencia y Movimientos Sociales*, Buenos Aires: Clacso.

QUISBERT, Máximo. (2009), “Hacia autonomías indígenas y sus riesgos latentes”, *Revista Willka*, 3, pp. 93-145.

REGALSKY, Pablo. (2006), “Bolivia indígena y campesina. Una larga marcha para liberar sus territorios y un contexto para el gobierno de Evo Morales”, *Herramienta*, (31).

_____. (2007), *Etnicidad y clase*, La Paz: Plural, 2ª edición.

REGALSKY, Pablo; Francisco Quisbert. (2008), “Bolivia indígena: De gobiernos comunitarios en busca de autonomía a la lucha por la hegemonía”, In: Xochitl Leyva, Araceli Burguete e Shannon Speed (org.), *Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de co-labor*, Ecuador: Publicaciones de la Casa Chata, pp. 150-187.

REINAGA, Fausto. (2001), *La Revolución India*, La Paz: Ediciones Fundación Amaútica “Fausto Reinaga”.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. (1983), “Luchas campesinas contemporáneas en Bolivia: El movimiento “katarista”, 1970-1980”, In: René Zavaleta (org.), *Bolivia Hoy*, Siglo XXI, pp. 129-168.

TICONA, Esteban. (2003), "Pueblos indígenas y Estado boliviano. La larga historia de conflictos", *Gazeta de Antropología*, (19).

_____. (2010), "La producción del conocimiento descolonizador en contextos de colonialismo interno". *Integra Educativa*, 3(1), pp. 37-48.

TININI, Ninoska. (2009), "De un Estado multiétnico y plurinacional hacia un Estado plurinacional", *Revista Willka*, 3, pp. 15-27.

VAN COTT, Donna Lee. (2003), "From Exclusion to Inclusion: Bolivia's 2002 Elections", *Journal of Latin American Studies*, 35(4), pp.751-775.

VEGA CAMACHO, Oscar. (2007). "Reflexiones sobre la transformación pluralista", In: Álvaro García Linera; Luis Tapia; Raúl Prada (org). *La transformación pluralista del Estado*, La Paz: Muela del Diablo, pp. 7-18.

ZAVALETA MERCADO, René. (1983), "Las masas en noviembre", In: René Zavaleta (org.), *Bolivia Hoy*, Siglo XXI, pp. 11-59.

_____. (2008), *Lo nacional-popular en Bolivia*, La Paz: Plural Editores.